

QUATRO VEZES CIDADE

Luciane Viana Barros*

Carvalho, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

Maria Alice Rezende de Carvalho reúne, neste livro, parte de sua ensaística acadêmica sobre a cidade do Rio de Janeiro, propondo visitar a sua história, as concepções políticas de cidadania e representação. Historiadora e cientista social, a autora procura entender a trajetória que fez da violência urbana uma cultura, e da política clientelista um mecanismo de reprodução da exclusão popular dos direitos da cidadania. Deste modo, o livro pretende ser uma contribuição à história da cidade e dos discursos sobre ela.

Inicialmente, a autora deixa claro seu comprometimento com a cidade, ao dizer que se trata de um livro militante. Fica claro seu posicionamento em relação às condições sociais da cidade, inclusive quando menciona a citação do filme *Cinco vezes favela*, que trouxe para o debate público a situação da cidade. Os textos reunidos foram organizados a partir de sua produção acadêmica e de sua participação na imprensa carioca, discutindo questões da atualidade. Para cada texto há uma metodologia e referência teórica específica, porém a discussão sobre a cidade como espaço de experiência e das lutas pelos direitos é uma constante.

O livro é dividido em quatro seções. Na primeira, chamada "Itinerários", a proposta é organizar a trajetória da relação entre os intelectuais e a cidade do Rio de Janeiro. Na segunda parte, sob o título "Imagens", o aspecto principal é a atividade dos engenheiros como *intelligentsia*, na passagem do século XIX ao XX, em que existe um conjunto amplo de preocupações associadas à análise do instrumental político utilizado por esta categoria, que formou imagens de uma cidade. Na terceira parte, "Personagens", a autora faz duas homenagens, uma a Leila Diniz, outra a Richard Morse. Na última parte, intitulada "Opiniões", há uma reunião de artigos publicados recentemente na imprensa carioca. A reunião destes textos caracteriza-se pela pluralidade de

* Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.

concepções e referências intelectuais. Tais referências estão dispersas nos capítulos, e, dessa forma, pretendo analisá-las por partes.

Ao analisar a trajetória da relação entre os intelectuais e a cidade, procura mostrar como as narrativas sobre estas nasceram e se mantiveram articuladas ao debate sobre o curso da modernização brasileira. A metodologia utilizada é a análise comparativa entre as diferentes formas de representar a modernização das cidades-modelo do Ocidente Europeu, que foram inseridas no contexto ibero-americano.

As imagens construídas a partir destas cidades podem contribuir para a reavaliação da cultura política brasileira, especialmente das narrativas que representam a relação entre o Estado e a sociedade. A produção discursiva sobre a cidade proporcionou, através dos cronistas, poetas, intelectuais e políticos, a imagem da fragmentação do ambiente urbano.

As imagens das cidades europeias do século XIX acomodaram precariamente o passado e o futuro, em que a modernização era sinônimo de progresso, e este, por sua vez, renega o passado, o campo, sua imagem de “atraso”. No Rio de Janeiro, é presente a caracterização da impotência do moderno perante a heterogeneidade e a fragmentação social, a temível multidão, que poderia abalar a ordem estabelecida. Os mitos da pobreza turbulenta e da incurável preguiça carioca retornam às afirmações estatistas de ordem pública e paz social. Assim, a utopia da civilização urbana constitui um desafio à produção intelectual da época.

Os cronistas procuraram caracterizar a cidade desde o final do século XIX, destacando aspectos da vida social, cultural e política. Nesta produção existe referência ao Novo, como modelo europeu de civilização. As imagens consensuais do Rio de Janeiro estão ligadas ao intelectual, cujo lugar social é a *rua* e não a instituição; os símbolos operados por uma *intelligentsia* sem lugar conferem aos cronistas uma situação de exclusão, “vanguarda do povo” e identidade coletiva. O Rio seria a metáfora da vida social brasileira, através de Machado de Assis, Lima Barreto e João do Rio.

Estes autores questionaram a noção oficial de progresso e mostraram a modernização do Rio sendo determinada pela política, ao tornar-se capital da República. Em São Paulo, a modernização foi marcada pela industrialização. Durante a década de 50, no apogeu desenvolvimentista, é retomada a questão da cidade, como crítica aos excessos estatistas do período. A produção universitária estava vinculada ao nacional-estatismo e havia um impasse estrutural entre o “atraso” e o “progresso”: a cidade desenvolvimentista não se tornou imediatamente nova.

Com a consagração da figura do sociólogo, a cidade tornava-se sinônimo de um espaço de afirmação de novas identidades sociais e da ação coletiva. A institucionalização do mundo acadêmico subordinou as formas de representar a cidade e sua vida

social à Universidade e a uma rede de pessoas mobilizadas para produzir um consenso em torno da cidade ideal. Esta noção de cidade ideal buscava a incorporação dos excluídos sociais, bem como a superação das desigualdades. Neste período, a autora analisa o posicionamento de dois intelectuais: Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.

Para analisar a cidade através de seus discursos e significados, a autora utiliza as seguintes fontes: produção acadêmica (historiográfica) sobre o Rio de Janeiro e outras cidades que sofreram influência de cidades européias, na passagem do século XIX ao XX; literatura e estudo das crônicas cariocas; produção acadêmica na década de 50. As referências teóricas são de Raymond Williams¹, Walter Benjamin², Richard Morse³, Angel Rama⁴ e Maria Stella Brescianni⁵.

Na seção “Imagens”, a autora fala sobre diferentes concepções de cidade e de progresso, em circulação no Rio de Janeiro, na virada do século XIX. A figura do engenheiro aparece como reapresentação deste progresso e racionalidade técnico-industrial. São estudados alguns “diagnósticos” que utilizaram a noção de crise na caracterização e transformação da cidade. Tal noção estava associada a um desconforto diante do contexto de rápida desintegração dos mecanismos de controle direto da população. A percepção da crise estava ligada a um deslocamento de privilégios e funções administrativas da capital do Império e do aparecimento de novas personagens urbanas que ameaçaram a ordem conhecida. Neste contexto, as concepções de civilização foram de encontro à necessidade de “reformular” a cidade.

A Cidade-Conflito deveria dar lugar à Cidade-Mercado (imagens referentes à metrópole moderna, à multidão, etc.) e à Cidade-Estado (visão comunitária, solidária, não competitiva, que estabelece a ordem). Esta polarização não levou em conta se a população se adequava a estas cidades. Os engenheiros e industriais tiveram suas identidades misturadas. Sua pedagogia cívica baseava-se no redesenho da cidade e estava centrada no olhar técnico. A cidade ideal seria aquela onde as multidões permanecessem caladas e a estabilidade política fosse firmada.

- 1 Williams, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- 2 Benjamin, Walter. “Paris, capitale du XIX siècle”. *Oeuvres III. Poésie et révolution*. Paris, Denoel, 1971.
- 3 Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- 4 Rama, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 5 Brescianni, Maria Stella. *Paris e Londres, no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

As fontes principais, nesta parte, são as atas de sessão do Clube de Engenharia (1880) e a produção acadêmica sobre este período, nas quais se destacam Margarida de Souza Neves⁶, José Murilo de Carvalho⁷, Flora Sussekind⁸, e alguns artigos e discursos proferidos no *Jornal do Comércio* por Joaquim Nabuco⁹.

Quando a autora diz: “Como seres urbanos, somos, então, autores da nossa cidade, construtores permanentes da sua significação e da sua personalidade”¹⁰, faz duas homenagens, sendo a primeira a Leila Diniz. E mostra-nos como a cidade e o personagem se misturam num discurso antidogmático e inconcluso. Isto está presente em dois conceitos estabelecidos: a *cidade real* (espaço edificado) e a *cidade análoga* (plano invisível de memórias personalizadas do passado, fruto da experiência urbana).

Assim, a história da cidade é a história da espacialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo do transcurso; a cidade é o lugar das metáforas, dos símbolos. Leila Diniz encarna a dialética entre passado e futuro. Ao unir o personagem à cidade, Maria Alice R. de Carvalho remete-nos ao conceito de memória e suas referências teóricas são de Walter Benjamin¹¹ e Ecléa Bosi¹².

A segunda homenagem, a Richard Morse, é um elogio ao estilo transdisciplinar do *scholar* norte-americano e a sua dificuldade em se ajustar aos procedimentos do trabalho científico. A contribuição de Morse para a historiografia é apontada pela dialética, à participação discursiva, em que a personalidade e a posição do autor estão presentes na obra. A identificação do sujeito com seu objeto de estudo é tomada como uma experiência militante. A projeção do autor na narrativa histórica é chamada de historiografia modernista. Quando a autora estabelece a identificação de Morse com a figura do *flâneur*, mostra-nos a influência teórica de Walter Benjamin.

6 Neves, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, PUC-RJ/Finep, 1986, mimeo.

7 Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

8 Sussekind, Flora. *As revistas do ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Casa Rui Barbosa, 1986.

9 Nabuco, Joaquim. “A Próxima Reunião do Conselho de Estado”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1884.

10 Carvalho, Maria Alice R. de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994, p. 96.

11 Benjamin, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

12 Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1983.

Além das obras de Richard Morse¹³, a autora utiliza-se da produção acadêmica sobre ele, em que podemos citar Antônio Cândido¹⁴ e Paulo Arantes¹⁵.

A seção “Opiniões” consiste na reunião de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, entre 1992 e 1994, e um artigo publicado no *Rio Democrático* nº1, em 1988. É interessante observar que a autora procura combinar uma referência institucional à prática da intervenção pessoal na imprensa, discutindo os problemas atuais da cidade. No artigo “Uma Nápoles Carioca”, a caracterização da cultura urbana e a atitude provinciana de exigir a regularidade e a uniformidade na paisagem social do Rio de Janeiro são questões abordadas.

Nos artigos “Retrato de Cidadania” e “Guerra Urbana e Cidadania”, são apontados problemas como o clientelismo, mostrando que esta prática é usada por autoridades políticas e pelo crime organizado. Em “Cidade Cindida ao Meio”, a violência urbana e a luta pela cidadania são questões presentes. O clientelismo é abordado novamente no último artigo “Clientelismo: uma pedra no caminho da Democracia”.

A característica principal desta obra é a abordagem plural e multidisciplinar a que se propõe, com o objeto inserido na problemática social. Desta forma, o objetivo de posicionar-se diante do texto, trazendo questões do passado ao debate presente, é atingido. Outra característica singular é a forma de trabalhar com as imagens e representações da cidade, abrindo um leque de possibilidades, que não restringe tais conceitos como simples ideologias, mas situa-os como forma de luta, controle do imaginário e de sua produção na disputa do poder. As dimensões do imaginário e da memória são elementos da construção da identidade sociocultural.

Fica claro que ao estabelecer a dialética entre a cidade e seus autores, a concepção da cidade pode ser definida como “grande soma de experiências históricas”.¹⁶ Entretanto, no discurso da autora, por alguns momentos, percebe-se a rejeição às formas de cultura ditas ‘burguesas’, em favor de uma sabedoria dita ‘popular’, pretensamente mais autêntica, como se fosse mais original. Percebe-se claramente a sua desconfiança na cultura científico-tecnológica, ao questionar o progresso e a reurbanização da cidade,

13 Morse, Richard, op. cit.; e *O espelho de Próspero*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

14 Cândido, Antônio. *Um americano intranquilo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992.

15 Arantes, Paulo. *O sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

16 Roncayolo, Marcel. “Cidade”. In: *Região*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Casa da Moeda, v. 8, 1986.

como se tais melhorias significassem a violação da relação do Homem com a forma de saber “autêntica”, “popular” (e aí observa-se a tendência em querer retornar ao saber mítico), que ela parece defender com certa ênfase.

Creio que aí reside um equívoco e que deve ser reparado, até para fazer justiça à pluralidade e multidisciplinaridade apreçadas noutros pontos. Rejeitar o progresso destes centros urbanos, por terem sido eles elaborados por uma classe social e política distinta, não parece ser a solução. Tais melhorias, ainda que num primeiro momento tenham favorecido a uns poucos, passaram a ser pretendidas por todos, gradativamente.

O discurso, em alguns trechos, com intenção notória de polarizar a discussão (Cultura Burguesa *versus* Cultura Popular), revela-se mal-argumentado. É suficientemente sabido que as formas de cultura, as formas de saber, quer mítico, quer científico, estão em permanente comunicação. Negar as influências de parte a parte, é querer conservar em compartimentos isolados, estanques, estas formas de cultura. Se, em determinado momento, as necessidades sobre o cotidiano parecem revelar-se como pendentes a um lado, noutro instante são necessidades óbvias de *todos* os habitantes da cidade, como o é a própria necessidade de progresso.

Creio que o “olhar a cidade” deve levar em conta a diversidade de culturas e dialetos (símbolos, signos, representações, mitos, etc.) que conservam particularidades à medida que também se comunicam e, inevitavelmente, se transformam. Essa pluralidade e intercomunicabilidade de falas, das mais diversas formas de cultura, tão evidente nos dias de hoje, em tempos de mídia, na verdade sempre aconteceu; o fenômeno hoje só é mais óbvio por causa da rapidez de resultados nesta incessante troca de saberes. Contudo, diante destas, um pouco divergentes, opiniões sobre a cidade, modesta a minha, consagrada aquela, reporto-me às palavras de Ítalo Calvino¹⁷:

“O Humor de quem a olha é que dá a forma à cidade”.

17 Calvino, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.